



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos de Prestação de Contas
De 13 de outubro a 31 de dezembro
de 2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÓDIGO POCAL

13

TRIBUNAL DE CONTAS

28

**Documento
Nº. 2**

RELATÓRIO DE GESTÃO

I – Preâmbulo

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76 da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas Intercalares do Município da Golegã, de 13 de outubro a 31 de dezembro de 2017.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, conforme determina a alínea l) do n.º. 2 do artº. 25º. da citada Lei n.º. 75/2013.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, e pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, bem como nos termos do artº. 51º., alínea m) e 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Tendo em conta que o Relatório de Contas é elaborado na sequência da mudança do Executivo Municipal e na obrigatoriedade da Prestação de Contas Intercalares de 13 de outubro a 31 de dezembro ao Tribunal de Contas, parece não ser conveniente realizar-se comparações com exercícios económicos anteriores, dado tratarem-se de períodos de horizonte temporal diferentes.

O Relatório de Gestão tem como finalidade complementar, disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

De harmonia com o previsto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente relatório de gestão relativo a 12/10/2017, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do município, bem como, relativamente à sua situação económica e financeira.

No período de 13 de outubro a 31 de dezembro de 2017, registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

<u>Descrição</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
<i>Correntes</i>	1 397 841,42 €	1 158 482,48 €
<i>Capital</i>	325 446,55 €	485 254,00 €
<i>Outras</i>		-
Total	1 723 287,97 €	1 643 736,48 €

<u>Descrição</u>	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes	239 358,94 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital	-159 807,45 €
Diferença parcial (correntes e capital)	79 551,49 €
Outras Receitas	0,00 €
Diferença Total	79 551,49 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 12/10/2017	8 509,82 €
Saldo do Exercício de 13 de outubro a 31 de Dezembro	88 061,31 €

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 239.358,94 euros em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 159.807,45 euros, verificando-se que a poupança corrente foi absorvida para fazer face às despesas de investimento.

O diferencial positivo de 79.551,49 euros somado ao valor do saldo em dinheiro transitado do exercício de 1 de janeiro a 12 de outubro de 2017, resulta assim no final deste período um saldo positivo de 88.061,31 euros.

ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	De 13/10/2017 a 31/12/2017	
	Valor	Peso da Rubrica
01 – Pessoal	582.842,95	35,46%
02 – Aquisição de bens e serviços	435.225,51	26,48%
03 – Juros e outros encargos	16.968,85	0,00%
04 – Transferências correntes	91.879,68	5,59%
05 – Subsídios	27.255,12	1,66%
06 – Outras despesas correntes	4.310,37	0,26%
SOMA DESPESAS CORRENTES	1.158.482,48	70,48%
07 – Aquisição de bens de capital	295.920,00	18,00%
08 – Transferências de capital	6.649,97	0,40%
09 – Ativos financeiros	19.593,00	1,19%
10 – Passivos financeiros	163.091,03	9,92%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	485.254,00	29,52%
TOTAL GERAL	1.643.736,48	100,00%

RECEITA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	De 13/10/2017 a 31/12/2017	
	Valor	Peso da Rubrica
01 – Impostos diretos	224.753,26	13,04%
02 – Impostos indiretos	6.618,93	0,38%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	129.841,09	7,53%
05 – Rendimentos de propriedade	0,00	0,00%
06 – Transferências correntes	859.600,55	49,88%
07 – Venda de bens e serviços correntes	176.999,59	10,27%
08 – Outras receitas correntes	28,00	0,00%
SOMA RECEITAS CORRENTES	1.397.841,42	81,11%
09 – Venda de bens de investimento	0,00	0,00%
10 – Transferências de capital	231.097,83	13,41%
12 – Passivos financeiros	94.348,72	5,47%
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00%
SOMA RECEITAS CAPITAL	325.446,55	18,89%
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00%
TOTAL GERAL	1.723.287,97	100,00%

De seguida, apresentamos o mapa resumo da execução das GOP – Grandes Opções do Plano referente ao montante previsto e executado de 13 de outubro a 31 de dezembro de 2017. Nos mapas anexos a estes Documentos de Prestação de Contas encontram-se os mapas com os valores referidos por ações.

De referir que nestes mapas anexos, bem como no mapa resumo, as funções encontram-se distribuídas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes. A soma destes dois documentos constitui as GOP – Grandes Opções do Plano.

A maior parte das funções engloba despesas nas AMR e no PPI, embora a nível de Projetos/Ações este tipo de despesas têm que ser devidamente separadas, mediante a respetiva classificação orçamental, fazendo parte do PPI todas as classificações económicas 07 (Aquisição de bens de capital) e das AMR, todas as restantes classificações económicas, independentemente de serem correntes ou de capital.

Destacando-se no período de 13 de outubro a 31 de dezembro de 2017, as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2014/30-4	Transportes - Aquisição de viaturas e equipamentos de transporte	20.510,00 €
2014/485	Apoio à Reabilitação de sedes sociais	18.209,99 €
2016/10-2	Requalificação, Reabilitação e Conservação da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo - Portugal 2020 - Execução da Obra	10.215,20 €
2014/330-1	Ordenamento das margens do rio Almonda e instalação de açude e escadas de peixe	6.396,00 €
2014/147-1	Espaço Cumunitário do Pombalinho - Projeto de Arquitetura e especialidades	5.965,50 €
2014/410-2/2	Centro de Cultura Tauromática Manuel dos Santos - Elaboração do projeto	5.596,50 €

Estes investimentos representaram cerca de 26,33% do PPI executado neste período.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades Mais Relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:



Designação do Projeto/Ação		Valores
2014/300	Resíduos Sólidos e Higiene Pública - RSU-Aterro sanitário - RESITEJO	41.894,44 €
2014/740	Transferências para as juntas de freguesia do concelho - financiamento de despesas correntes e delegação de competências	33.212,48 €
2014/95-2	Mais natalidade- Programas de apoio à natalidade - transferências	18.184,26 €
2014/550	Transferências para associações e entidades desportivas, recreativas e de lazer - despesas de funcionamento	17.636,00 €
2014/40-1	Transferências para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã - Despesas de funcionamento	16.166,01 €
2014/80-1/1	Serviços Auxiliares de Ensino - Transportes escolares	7.614,15 €
2014/70-1	Bolsas de Estudo aos alunos do ensino superior	6.015,60 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita à conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município que afetaram, essencialmente as despesas de funcionamento.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO – IMOBILIZADO

DESIGNAÇÃO		Ano de 2017	
		Valores	%
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO			
453	Outras construções e infra-estruturas	98 140,94	0,22%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	91 414,39	0,20%
459	Outros bens do domínio público	6 583 764,35	14,74%
445	Imobilizações em curso	9 200,00	0,02%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			
431	Despesas de Instalação	217 268,95	0,49%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	50 523,54	0,11%
433	Propriedade industrial e outros direitos	2 934,28	0,01%
443	Imobilizações em curso	56 643,71	0,13%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
421	Terrenos e recursos naturais	2 624 329,46	5,87%
422	Edifícios e outras construções	26 977 252,62	60,38%
423	Equipamento básico	2 696 798,41	6,04%
424	Equipamento de transporte	531 883,18	1,19%
425	Ferramentas e utensílios	238 246,95	0,53%
426	Equipamento administrativo	1 050 626,93	2,35%
429	Outras imobilizações corpóreas	2 186 918,16	4,89%
442	Imobilizações em curso	699 448,18	1,57%
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1 120,00	0,00%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
411	Partes de capital	288 905,00	0,65%
412	Obrigações e títulos de participação	274 301,06	0,61%
TOTAL		44 679 720,11	100,00%

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, referente ao período de 13 de outubro a 31 de dezembro de 2017, verificou-se um aumento global 593.990,35 euros, relativamente a 12 de outubro de 2017.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no período de 13/10/2017 a 31/12/2017, é o seguinte:

Designação		A 31/12/2017	
		Valores	%
61	Custo das matérias consumidas	53 556,02	3,35%
62	Fornecimentos e serviços externos	482 634,81	30,17%
64	Custos com pessoal	641 639,22	40,11%
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	121 379,40	7,59%
66+67	Amortizações e provisões do exercício	256 922,87	16,06%
68	Custos e perdas financeiras	14 784,89	0,92%
69	Custos e perdas extraordinárias	28 678,39	1,79%
TOTAIS		1 599 595,60	100,00%

As rubricas com maior peso no total dos custos são as rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos e a rubrica de custos com pessoal, representando o período de 13 de outubro a 31 de dezembro, cerca de 70,28% do total dos custos.

Seguindo-se as amortizações e provisões do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a mais de 256.922,87 mil euros, devido a irem terminando algumas amortizações dos bens de imobilizado.

PROVEITOS

Designação		De 13/10/2017 a 31/12/2017	
		Valores	%
71	Venda e prestações de serviços	229 005,02	13,85%
72	Impostos e taxas	378 636,94	22,90%
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	930 620,10	56,30%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	28,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	114 793,28	6,94%
TOTAIS		1 653 083,34	100,00%

Na globalidade, registou-se mais de 1.600 milhões euros motivado, essencialmente pela rubrica transferências e subsídios obtidos, da qual este Município depende, representando o período de 13 de outubro a 31 de dezembro, cerca de 56% do total dos proveitos.

Seguindo-se a rubrica de Impostos e Taxas, com cerca de 23% desta estrutura.

III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os indicadores de natureza orçamental apresentam uma visão global da receita e da despesa, estabelecendo relações de grandeza entre ambas. De seguida, apresenta-se os seguintes indicadores:

Autonomia Financeira:

	31/12/2017	12/10/2017	Ano de 2016
Fundos Próprios e Passivo			
Passivo Total	815,42%	938,27%	982,75%

	31/12/2017	12/10/2017	Ano de 2016
Fundos Próprios			
Ativo Líquido	60,95%	63,32%	63,09%

Liquidez Geral:

	31/12/2017	12/10/2017	Ano de 2016
Ativo Circulante			
Passivo Circulante	16,89%	14,13%	20,98%

Solvabilidade:

	31/12/2017	12/10/2017	Ano de 2016
Fundos Próprios			
Passivo Total	156,08%	172,61%	170,94%

Capacidade do Endividamento:

	31-12-2017	12-10 2017	Ano de 2016
Fundos Próprios			
Capitais permanentes	92,92%	92,74%	92,40%

Estrutura do Endividamento:

	31-12-2017	12-10-2017	Ano de 2016
Dívidas a terceiros de curto prazo	7,62%	5,70%	4,98%
Fundos Próprios e Passivo			

Grau de Dependência:

	31-12-2017	12-10-2017	Ano de 2016
Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo	4,64%	4,96%	5,19%
Activo Líquido Total			

Rácios Orçamentais:

	31-12-2017	12-10-2017	Ano de 2016
Receita Total	61,50%	99,53%	100,16%
Despesa Total			

	31-12-2017	12-10-2017	Ano de 2016
Receitas Correntes	120,66%	102,07%	102,41%
Despesas Correntes			

	31-12-2017	12-10-2017	Ano de 2016
Receitas de Capital	19,80%	87,91%	88,55%
Despesas de Capital			

	31-12-2017	12/10/2017	Ano de 2016
Despesa com o Pessoal	20,80%	31,92%	33,14%
Despesa Total			

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma razoável estabilidade financeira, conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

Ao nível orçamental os rácios indicam uma boa estabilidade, verificando-se que uma parte das receitas correntes serviu para financiar as despesas de capital.

Apesar da conjuntura económica e social, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das disponibilidades do Município.

Por outro lado, algumas alterações legislativas têm contribuído para que os assuntos financeiros sejam tratados com transparência e extremo rigor, ajudando na melhoria dos resultados e na sua transparência.

IV - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No Município da Golegã, o limite da dívida de operações orçamentais a 31 de dezembro, era o seguinte:

A 31/12/2017	Receita corrente líquida cobrada
2016	5 549 605
2015	5 479 131
2014	4 946 531
Total	15 975 267
Média da receita	5 325 089
Limite dívida operações orçamentais	7 987 633,50

De acordo com o n.º 2 do referido artigo, “A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

O limite da dívida total de operações orçamentais do Município da Golegã, para o período em análise, era o seguinte:

Data de Referência	Valor
A 31/12/2014	3 842 725,84
A 31/12/2015	3 414 250,87
A 31/12/2016	3 193 258,69
A 31/12/2017	3 489 555,00
Redução da Dívida a 31/12/2017	-353 170,84

Tendo-se verificado uma redução global da dívida, em cerca de -353.170,84€, como se pode ver na tabela anterior.

Designação de indicadores	Valores
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	2 585 979,00 €
- Fundo Social Municipal (corrente)	101 667,00 €
- Participação Variável no IRS (corrente)	173 847,00 €
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	287 331,00 €
- Despesas de Investimento do ano anterior (2016)	424 316,28 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2016	5 549 605,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2015	5 479 131,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2014	4 946 531,39 €
- Média da receita corrente líquida	5 325 089,13 €
- Limite dívida total 2017 (artº. 52º. da Lei nº. 73/2013)	7 987 633,51 €
- Dívida total do Município excluindo Não Orçamentais e FAM	3 622 017,00 €
- Margem disponível	4 365 616,00 €
- Utilização da margem disponível - Indicação da DGAL (Anexo)	873 123,00 €
- Percentagem utilizada pelo Município	45,35 %
- Percentagem total disponível	54,65 %
- Percentagem disponível - Indicação da DGAL	10,93 %

VI - Prazo Médio de Pagamentos:

A fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos – PMP, consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no Diário da Republica n.º 71, 2ª série Parte C.

E, de acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que iniciou em 2012, veio regular esta matéria de modo direto ao implementar rotinas de monitorização e, também mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento deste stock na vigência da Lei.

Adicionalmente a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento de Estado de 2014, inscreveu objetivos de redução do endividamento das entidades incluídas no subsector da administração local, por ligação aos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

	31-03-2016	30-06-2016	30-09-2016	31-12-2016	31-12-2017
Prazo Médio de Pagamento	179	172	158	136	159
PMP Superior a 90 dias					

É importante referir que, o prazo médio de pagamentos acima dos 90 dias não tem interferido com as relações com os fornecedores.

VII – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Após o encerramento do exercício de 2016 verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000 Euros, para fazer face ao pagamento aos fornecedores de conta corrente.



Em conclusão, e face a uma conjuntura bastante difícil, é nossa convicção ter cumprido nas matérias em apreciação, declarando a nossa disponibilidade, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que surjam sobre este conjunto de documentos, que colocamos à vossa apreciação e análise.

Golegã, 9 de abril de 2018.

O Presidente da Câmara,



(José Veiga Maltez, Dr.)



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos de Prestação de Contas
De 13 de outubro a 31 de dezembro
de 2017**

DOCUMENTOS ANEXOS

AO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2017

A. Dados entidade:

Área (Km2) 84.32 População (hab.) 5576 Eleitores (n.º) 4768
Pessoal ao serviço (n.º) 114 (4.º Trimestre de 2017)

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.946.531	5.479.131	5.549.605	15.975.267	5.325.089

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2017 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 7.987.633,51

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
7.987.634	01/01/2017						
	3.193.259	56.618	3.249.877	3.023.230		4.964.404	992.881
	31/12/2017						
	3.489.555	320.609	3.810.164	3.622.017		4.365.616	873.123
Variação da Dívida %							19,81%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							394.093

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2017)

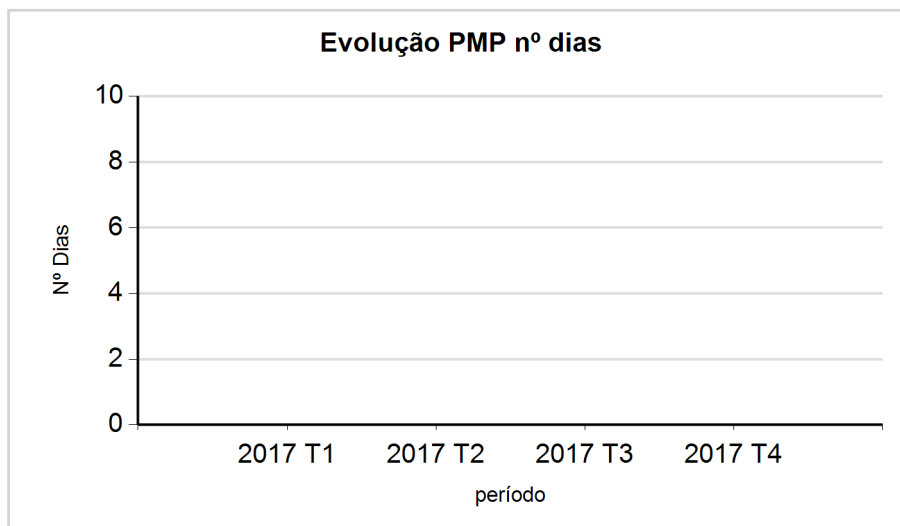
1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 6.129.525 PMP 159 dias
2. Aquisição acumuladas 3.519.043
3. Último PMP publicado 136 dias (31/12/2016)

PMP superior a 90 dias

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2017



F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	5.325.089	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	86,76%
Dívida total excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM (31-12-2016) (período corrente)	3.023.230	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	82,75%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2016) (período corrente)	1.556.286		

-Saneamento Financeiro-

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Recuperação Financeira

Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

☐

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2017

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.549.605	933.396	16.847	4.001	6.503.850	5.418.863	1.054.048	6.472.911	30.939

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	2.160.673	Variação	Valor (2 - 1)	22.119
2. Ano n	2.182.792		% (2-1)/1	1,02%

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	105	Variação	Valor (2 - 1)	9
2. Ano n	114		% (2-1)/1	8,57%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim (com alguns mapas entregues depois da data limite)